

DEMO, P. (2006). *Pobreza política*: a pobreza mais intensa da pobreza brasileira. Campinas-SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 131p.

*Lourdes de Fátima P. Possani<sup>1</sup>*

O autor retoma, nesta obra, sua publicação de 1986 (*Pobreza Política*, Editora Autores Associados), e reescreve sobre o tema, de modo a atualizá-lo e inseri-lo no cenário político atual. O livro possui quatro capítulos, sendo o último uma proposta de questionamentos e exercícios para se pensar os diferentes itens trabalhados nos capítulos anteriores.

Pedro Demo é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Doutor em sociologia (Alemanha), fez pós-doutoramento na *Universität Erlangen — Zur politischen Gesellschaftstheorie Freyers und Marcuses* e na *University of California at Los Angeles*. É autor de uma vasta obra na área da filosofia e sociologia.

No primeiro capítulo, o autor define e amplia a visão de pobreza, de um horizonte material para um horizonte político, ao entender o pobre como aquele que, além de *não ter*, é *coibido de ter*. Aponta para a escassez de recursos materiais e de poder; uma escassez que é produzida e que

---

1. Lourdes de Fátima P. Possani é mestra e doutoranda em Educação: Currículo, pela PUC-SP. É professora da Faculdade São Luís e Supervisora Escolar na Rede Municipal de Ensino de São Paulo-SP. Email: lourdes@hnet.com.br

deve ser cultivada para manter aqueles que estão no poder. Define pobre como aquele que faz a riqueza do outro e pobreza como discriminação, injustiça.

Um dos conceitos utilizados por Demo para examinar a questão da pobreza é o conceito de politicidade que é definido por ele como *a habilidade humana de, dentro das circunstâncias dadas, tomar o destino em suas mãos e construir a autonomia relativa possível como sujeito* (p.10). Cita Paulo Freire como o primeiro educador a falar em politicidade na educação, quando este discute o desafio da autonomia. Para Demo, a mesma politicidade promove a emancipação. Segundo ele,

*(...) o lado mais interessante da politicidade é (...) a gestação de sujeitos críticos e criativos, capazes de construir cidadanias organizadas e influentes, de elaborar contra-ideologias efetivas, de oferecer alternativas com base na arte de bem argumentar* (p.17). *Mas há também o lado negativo da politicidade: esta pode promover também a imbecilização na medida em que ela pode “depredar” a autonomia dos outros* (p.17).

Para Demo, não há poder perene; porém, quem está no poder fará de tudo para nele continuar, além do fato de que, se pudesse, paralisaria a história para cristalizar os seus privilégios.

Para definir pobreza política, o autor destaca algumas de suas dimensões, ao afirmar que, quem é politicamente pobre: a) não sabe que é pobre e é coibido de saber que é pobre; b) é massa de manobra e objeto de manipulação; c) não é cidadão, porque não se organiza politicamente para impor mudanças; d) é massacrado como sujeito, de forma que resta-lhe a condição de objeto, por vezes, como maioria residual; e) não descobre que tem direitos; e f) vive de cidadania tutelada e, no máximo, assistida.

Demo argumenta que não é possível que se faça o enfrentamento da pobreza sem confronto, já que é necessário acertar o fulcro político para colocar o pobre no centro do poder. Não basta distribuir, mas é imprescindível que se redistribua a renda para se tocar decisivamente no espectro das desigualdades vigentes, pois redistribuir a renda implica retirá-la de quem tem mais e dividi-la entre os desprivilegiados, o que confere outro sentido sobre a focalização das políticas sociais.

Indica que o combate à pobreza poderia ser organizado em três dimensões hierárquicas e essenciais: assistência social, inserção no mercado e vivência de cidadania.

No capítulo 2, define qualidade política como contraposição à pobreza política, entendendo a qualidade política como *a habilidade humana de constituir-se sujeito relativamente autônomo, participar ativamente da democracia, efetivar cidadania individual e coletiva, ser capaz de conviver na igualdade e na diferença (igualitarismo)* (p.39).

Para ele a qualidade política depende crucialmente do desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento, o que justifica a valorização da educação como investimento fundamental da cidadania individual e coletiva.

Distingue qualidade formal e política, sendo a primeira referente a instrumentos e a métodos e, a segunda, à finalidade e a conteúdos, que implica *virtude formal de saber pensar, mas toma-a como instrumento para melhor intervir* (p.47). Aponta como desafio da qualidade política a ética do bem-estar comum.

Embora o autor faça a contraposição entre *pobreza política e qualidade política*, define também a “face positiva” da última, o que denota a existência de uma “face negativa” da qualidade política, embora não faça referência a ela.

Pedro Demo também declara que a qualidade política depende de inúmeros fatores: de um lado estão as políticas sociais, historicamente conquistadas, em geral públicas e universais, como a educação e, de outro, o associativismo, chamado genericamente de movimentos sociais e entendido como o espaço em que a sociedade se organiza politicamente para exercer o controle democrático e participar da sociedade e da economia. Aponta quatro critérios para se visualizar a intensidade qualitativa do associativismo: representatividade, legitimidade, participação de base e planejamento participativo auto-sustentado.

No terceiro capítulo, ele aborda as polêmicas em torno da pobreza, pois apresenta uma distinção entre pobreza relativa e pobreza absoluta. A pobreza relativa é aquela que se refere à distância existente entre ricos e pobres. A pobreza absoluta é aquela que se refere às condições objetivas vividas por aqueles que estão na pobreza.

Segundo o autor, o Banco Mundial se concebe como o *guardião das políticas de combate à pobreza absoluta* (p.83), enquanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da ONU, *tende a realçar a necessidade de combate à pobreza relativa* (p.83).

Ele ainda faz críticas às políticas de distribuição de renda, ao afirmar que esta é uma forma esperta de o neoliberalismo *lidar com a pobreza sem comprometer o orçamento, sobretudo sem tocar na desigualdade social vigente* (p.83). Diz que para acabar com a pobreza absoluta, políticas distributivas são suficientes, mas para acabar com a pobreza relativa são necessárias políticas de desconcentração de renda, ou seja, políticas redistributivas.

Critica também a indústria da pesquisa da pobreza, porquanto esta faz avançar a técnica e a própria indústria do conhecimento, mas pouco faz para combatê-la. Sem negar a importância dos métodos quantitativos de pesquisa, que podem oferecer dados referentes às faces quantitativas da pobreza, defende metodologias mais abertas (qualitativas) para o seu estudo, pois estas *se aproximam mais da complexidade e intensidade da dinâmica política da pobreza* (p.91).

No quarto capítulo, o autor apresenta alguns questionamentos e exercícios sobre os temas tratados nos três primeiros, numa tentativa de apontar horizontes, para além da teoria, para se confrontar a pobreza política. Nesses questionamentos e exercícios o autor traz elementos para a observação das práticas em relação à pobreza política na educação, especialmente na escola pública. Sobre os traços culturais da pobreza política no Brasil, aponta suas inúmeras dimensões, como a *cultura do jeitinho* e a *cultura do privilégio*, entre outras. Apresenta também elementos para se pensar a responsabilidade social, as depredações públicas e a pobreza política dos poderes públicos. Sugere alguns exercícios para contestar a mídia, ao apontar os aspectos de sua pobreza política, e propor uma reflexão sobre a pobreza política das associações e movimentos sociais. Além disso, fornece exemplos de políticas sociais pobres para os pobres, da pobreza política digital e da pobreza política nobre, de modo a reafirmar que a pobreza não é apenas material e que ela existe entre os ricos, destacando a alienação da elite, que pensa apenas em si sem se preocupar com o destino do país e, principalmente, no processo de concentração de renda.

O autor, para concluir o livro, propõe uma série de medidas que poderiam ser assumidas no âmbito da iniciativa popular: extinção do Senado, redução do número de deputados da Câmara e do número de juízes do Supremo, revisão da Constituição, substituição dos programas de distribuição de renda por melhores salários, reestruturação dos tri-

bunais de Conta e exigência de qualidade das políticas sociais básicas, especialmente educação, saúde e segurança pública.

Nesta reescrita do texto, Demo atualiza alguns temas já tratados na primeira versão, de 1986, e acrescenta os exercícios para melhor compreensão de cada tema para além da teoria, de forma que sugere ações concretas de mudança para acabar com a pobreza política. No entanto, deixa a desejar no aprofundamento da questão acerca da contraposição entre pobreza política e qualidade política, pois a primeira pode ser também compreendida como a *falta de qualidade*, ou *qualidade ruim*, se não se considerar apenas a sua “face positiva”.

Por outro lado, deixa de enfrentar de forma demorada e substancial a questão da pobreza política, objeto central do livro, que é tratada apenas no primeiro capítulo e mencionada nos demais.

Eu indico a leitura e discussão deste texto aos alunos dos cursos de graduação. No entanto, por citar muitos outros autores como referência, um conhecimento prévio mínimo dos leitores, em relação aos temas abordados, ajudaria a compreender melhor as idéias expostas neste livro.